

## CACHOEIRA: QUAL O POTENCIAL DA REGIÃO E O QUE FAZEM OS CENTROS DE FORMAÇÃO NESSE TERRITÓRIO?

Ricardo Costa Caggy [rickcosts@hotmail.com]

A cidade de Cachoeira no estado da Bahia (Brasil) é reconhecidamente um polo cultural, histórico e turístico do estado. As suas belezas naturais, o seu patrimônio arquitetônico e histórico, além dos seus filhos notáveis, projetaram a cidade no cenário nacional e internacional. A cidade da Cachoeira é indutora cultural no cenário baiano, em diferentes frentes culturais, seja na música, no artesanato, na literatura, ou na dramaturgia. Seus festivais culturais ganham cada vez mais notoriedade e participação nacional e internacional, a exemplo da FLICA (Feira Literária Internacional de Cachoeira), que nos últimos anos vem se consolidando como a festa literária de maior importância no cenário baiano.

No entanto, como dezenas de outras cidades brasileiras, mesmo com todo o potencial existente, os pouco mais de 34.000 habitantes sofrem com os problemas econômicos e sociais típicos de cidades do interior do Brasil. Baixa empregabilidade, criminalidade, problemas de habitação e moradia, renda per capita baixa e uma série de problemas sociais oriundos de uma educação deficitária e uma economia com baixa produtividade. Neste contexto é que surge a questão norteadora para este ensaio: Por que, mesmo diante de tamanho potencial, a cidade da Cachoeira (BA) não consegue o seu desenvolvimento?

Uma resposta pautada no empirismo e no senso comum conduziria a um conjunto de suposições padronizadas para os problemas das cidades no Brasil. Má gestão pública, incapacidade de atração de investimentos, corrupção, má distribuição de renda etc. Contudo, a proposta deste paper é pensar este problema à luz de três perspectivas: 1) O desenvolvimento local endógeno; 2) As instituições de Ensino como potencializadoras do desenvolvimento; 3) A educação empreendedora como fomentadora do crescimento econômico.

O Desenvolvimento Local (DL) engloba um leque abrangente de aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e filosóficos, que muitas vezes tem sido resumido a apenas aspectos de geração de renda e ampliação da capacidade de consumo de determinadas localidades. Particularidades relacionadas com o território, com as relações deste com âmbito regional, nacional e global, bem como a história e os fatores constitutivos da identidade local, são negligenciados nas principais análises sobre a temática.

Como um espaço para a operacionalização do desenvolvimento, o local é composto por relações de poder entre atores individuais e coletivos. O foco sobre o lugar, seus atores, instituições e formas de articulação, em que os diferentes atores promovem jogos de poder (GOULART e VIEIRA, 2007) é fundamental para compreender as diferenciações e similitudes em processos de desenvolvimento de cidades e organizações, tendo em vista que "cidades e organizações tem os mesmos traços distintos de complexidade, diversidade, singularidade, pluralidade e contradição" (FISCHER, 1997, p. 75). Cabe ainda um adendo, que a percepção pela sociedade e pelos indivíduos do que é esse espaço depende de sua trajetória histórica, o que pode tornar o lugar o "mundo do veraz" e da "esperança" ao mesmo tempo (SANTOS, 1997).

O Desenvolvimento Local (DL) engloba um leque abrangente de aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e filosóficos, que muitas vezes tem sido resumido a apenas aspectos de geração de renda e ampliação da capacidade de consumo de determinadas localidades. Particularidades relacionadas com o território, com as relações deste com âmbito regional, nacional e global, bem como a história e os fatores constitutivos da identidade local, são negligenciados nas principais análises sobre a temática.

Por outro lado, os debates sobre as constituições de territórios de identidade, a ocupação territorial e a produção dos "espaços de esperança" (HARVEY, 2012) limitam-se à análise de perspectivas de desenvolvimento dentro de regiões desenvolvidas e, por vezes, ocupada de forma desordenada, características marcantes das principais metrópoles do Brasil.

Neste sentido, o território pode ao mesmo tempo ter diferentes combinações, sendo ele funcional (como recurso), ou simbólico (para produzir significado), sendo que o mais importante perceber a historicidade do território e sua variação conforme o contexto histórico e geográfico. Que, de forma simplificada, podem ser resumidos em quatro grandes fins: 1) abrigo físico; 2) fonte de recursos; identificação/simbolização de grupos; 3) disciplinarização ou controle através do espaço; e 4) construção e controle de conexões de rede (HAESBAERT, 2005, p.6778).

Desta forma, pode-se entender o processo de desenvolvimento local como o processo de desenvolvimento econômico e mudança estrutural que conduz a mudanças nos níveis de vida de uma população local em diferentes dimensões, tais como: econômica (fortalecendo o empresariado local e fomentando o surgimento de empreendimentos capazes de atender às demandas internas de forma competitiva); formação de recursos humanos (atores educacionais capacitam a comunidade local com conhecimentos para a inovação do perfil produtivo); sociocultural (os valores e as instituições locais apoiam o desenvolvimento); político-administrativo (facilitando a articulação público-privado) e ambiental (atenção às características potenciais e limitantes do entorno (LLORENS, 2001). Desenvolvimento local poderia corresponder, em termos mais restritos, à satisfação de um conjunto de requisitos de bem-estar e qualidade de vida (OLIVEIRA, 2001).

Assim, pensar em desenvolvimento local é pensar em um conjunto sinérgico de fatores que pode elevar ou melhorar o processo de qualidade de vida das pessoas (que compartilham de um espaço), no âmbito econômico, político, social, cultural e ambiental. É neste sentido que, para Fischer (2002), a articulação estratégica é o ponto principal do conceito, tendo em vista que o desenvolvimento compreende, ao mesmo tempo, processos compartilhados e seus resultados; visões de futuro e ações concretas de mudança aplicadas em determinado local. Leigh e Blakely (2013) acrescentam a esse conceito três premissas: a do desenvolvimento econômico para a localidade baseada em um princípio de padrão de vida mínimo, o desenvolvimento como um redutor das desigualdades sociais e o encorajamento da sustentabilidade dos recursos usados na produção.

Supriyadi, (2012) destaca que, nesse modelo, a ênfase está na ação coletiva para a utilização dos recursos locais, *empowerment* institucional e cooperação em rede, tendo as necessidades humanas locais consideradas, envolvendo a comunidade e usando e aplicando princípios de sustentabilidade. Sendo que essas iniciativas podem surgir de diferentes atores ou dos diferentes relacionamentos que podem ser gerados entre os atores de desenvolvimento no local.

Desta forma, o papel das organizações geradoras de conhecimento (escolas, universidades, centros de pesquisa) é essencial nesse processo, pois tornam-se responsáveis pela criação de um sistema de interação e distribuição de conhecimento, fomentando a inovação e melhorando o desempenho das firmas locais (TÖDTLING, 2011). A concepção moderna de desenvolvimento considera que as regiões com maior possibilidade de alavancagem são as que conseguem estabelecer um projeto político de desenvolvimento com seus diferentes atores sociais (ROLIM e SERRA, 2009).

Além disso, a pesquisa acadêmica é responsável pela geração de conhecimentos científicos e técnicos, e na produção de talentos, que são geralmente vistos como os elementos definidores do papel que as universidades desempenham no desenvolvimento regional (RODRIGUES e MELO, 2012). Bem como fonte de suporte para o desenvolvimento local, contribuindo para o surgimento de pequenos negócios, atraindo parceiros para a região e participando da estrutura de governança local.

A ideia central do DL é que a inovação não é propriedade exclusiva do empresário individual, mas de um conjunto de atores relacionados ao setor produtivo local, envolvendo diferentes agentes a diferentes instituições, a inovação encontra-se ancorada territorialmente, e o empreendedorismo vincula-se à matriz endógena (FERREIRA; LEOPOLDI; AMARAL, 2013).

As instituições de ensino têm figurado como protagonistas no processo de desenvolvimento regional e vem recebendo uma atenção crescente nos últimos anos, estando no centro dos debates devido à compreensão de que as inovações têm papel fundamental no processo de desenvolvimento econômico (ROLIM e SERRA, 2009), e essas organizações podem figurar como agentes de inovação local. Harvey (2012) destaca

ainda a importância dessas instituições no que tange ao ambiente simbólico local “Os meios de comunicação e as universidades que moldam o contexto imaginativo no qual vivemos” (HARVEY, 2012, p. 206).

A participação das Instituições de Ensino Superior (IES) no processo de DL dá-se na construção do capital humano e na ampliação do ambiente social e cultural, que permite inovações, no que a literatura tem chamado de terceiro papel das universidades, que vai além do conceito já conhecido de extensão e, juntamente com o ensino e a pesquisa, cumprem a tríplice do conhecimento universitário (ROLIM e SERRA, 2010). Essas instituições possuem fundamental importância na construção dos discursos dominantes, facilitando possibilidades de ação social, regulando as atividades, inibindo atividades ou estimulando outras, como por exemplo, as iniciativas empreendedoras, contribuindo dessa forma para a definição do espaço (HARVEY, 2012).

Essa participação pode ser configurada também em novos caminhos de cooperação, até então pouco explorados pelas IES, onde a interação com a sociedade permite à universidade a integração entre disciplinas, um processo mútuo de aprendizagem (valorizando o conhecimento local) e a criação de uma rede de solução de problemas que possibilite a retroalimentação da universidade no local, através de um processo sustentável (MADER et al., 2013).

No entanto, algumas delas estão mais preocupadas com questões de conhecimento universal e com temas de debate nacional, sem o olhar para o local em que estão instaladas. Essa perspectiva de atuação é alvo de diferenciação de Rolim e Serra (2010), no que eles chamam de “ser e estar” na região. Para os autores, as IES que são da região pesquisam temas regionais, capacitam pessoas para a região e buscam parceria com os demais atores da região. Para Rolim e Serra (2010, p. 2), a superação desta diferença entre ser e estar das IES perpassa pela interação entre as instituições e os demais atores, no que tange:

- O desenvolvimento de uma compreensão comum sobre os interesses mútuos das universidades e das regiões.
- A compreensão pelas Universidades das necessidades/oportunidades para o desenvolvimento (Dinâmica econômica e política da região).
- A compreensão pelos atores e usuários (*stakeholders*) regionais sobre os propósitos do ensino superior (Dinâmica Universitária)
- A ampliação da capacidade institucional para responder às necessidades regionais e para formatar a trajetória do desenvolvimento do território.

No modelo de desenvolvimento da interação entre universidade e região, Lester (2007, p.20) utilizou a seguinte classificação para o processo de interação entre universidade-empresa:

- a) Educação e treinamento: desenvolvimento do capital humano local.
- b) Conhecimento codificado: aumento do estoque de conhecimento codificado.
- c) Capacidade local de resolução de problemas científicos e tecnológicos: incubação, consultoria, pesquisas na empresa etc.
- d) Espaço de debate: utilização da universidade como espaço público para um contínuo debate sobre o desenvolvimento da indústria, as novas tecnologias e as oportunidades de mercado.

Diante dessa perspectiva, acredita-se que a superação econômica do território de Cachoeira encontra-se no desenvolvimento local endógeno a partir do aproveitamento dos recursos locais e fomentada pelos agentes de formação do território (escolas, centros de formação, faculdades e universidades). Formando o capital humano local e fomentando o empreendedorismo.

No que se refere ao empreendedorismo, vale à pena destacar que a educação empreendedora deve estar focada no aproveitamento das oportunidades locais em face da sustentabilidade e do desenvolvimento humano. Adota-se, nesta perspectiva, um empreendedorismo humano e não apenas de negócios, um modelo que busca canalizar o potencial criativo e inovativo da população (principalmente na cidade em análise, tendo em vista o potencial criativo) para criar empregos, criar riqueza e para consolidar e fazer crescer sua economia (DEGEN, 2013), mas para, além disso, promover: 1. A auto realização (o empreendedorismo oferece altos graus de realização pessoal, por ser a exteriorização do que se passa no âmago de uma pes-

soa); 2. O desenvolvimento social e crescimento econômico (como consequência do empreendedorismo de uma comunidade); 3. A valorização dos pequenos negócios; 4. O intraempreendedor (colaboradores que são motivados pela liberdade de ação); 5. Ética, cidadania e responsabilidade social; 6. A quebra da síndrome do empregado (permitir que o indivíduo rompa com o sentido de que necessita de alguém para se tornar produtivo, para trabalhar; 7. A inovação; 8. O respeito ao homem e ao meio ambiente; 9. A quebra da dependência do emprego e do governo; 10. Estímulo à cooperação e à criação do capital social (formação de comunidades); 11. Combater concepções individualistas; 12. Prática da liberdade (uma educação libertadora para uma vida livre, com protagonismo social e comunitário) (DOLABELA, 2008).

Por fim, verifica-se que urge a necessidade de uma reestruturação dos moldes educacionais e da estrutura de governança local para potencializar o desenvolvimento da cidade, em uma perspectiva focada no indivíduo, na comunidade, nas tradições e no potencial criativo da região, comemorando o desenvolvimento da cultura, da arte, da historicidade e do desenvolvimento da cidade, em detrimento a uma perspectiva desenvolvimentista exógena, que tende a valorizar o capital externo e as grandes empresas, sem o respeito às tradições e ao local.

Resgato aqui o objetivo deste ensaio, que foi iniciar um debate em torno desse território para potencializar o seu desenvolvimento em face aos inúmeros recursos existentes, e buscando novas perspectivas de discussão, não sendo ele conclusivo nem tampouco fechado a análises e contribuições para o aprofundamento teórico, mas aberto para reais contribuições para um novo cenário da cidade de Cachoeira.

## REFERÊNCIAS

- DEGEN, R. J. . Teaching entrepreneurship students the practice of innovation: A brain-based guided experience approach. **Revista de Ciências da Administração**, v. 15, n. 37, p. 92–104, dez. 2013.
- DOLABELA, F. **Oficina do Empreendedor**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.
- FISCHER, T. D. A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades e ressonâncias culturais Salvador, BA, cidade puzzle. **Revista de Administração Pública**, Brasil, 31, n. 13, 1997.
- GOULART, S.; VIEIRA, M. M. F. Science & Technology, Development and Local Power: Elements for Analysis of the Brazilian Context. **Journal of Technology Management & Innovation**, 2, n. 1, 2007. 64-71.
- HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. ISBN 978-85-15-02972-3.
- LLORENS, F. A. **Desenvolvimento Econômico Local: Caminhos e Desafios para a construção de uma nova agenda política**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.
- OLIVEIRA, F. D. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Pólis, 2001.
- RODRIGUES, C.; MELO, A. I. The Triple Helix Model as Inspiration for Local Development Policies: An Experience Based Perspective. **International Journal of Urban and Regional Research**, 2012.
- ROLIM, C. F. C.; SERRA, M. A. **(Org.) Universidade e Desenvolvimento Regional: O apoio das instituições de ensino superior ao Desenvolvimento Regional**. 1ª. ed. Curitiba: Juruá, 2009.
- ROLIM, C.; SERRA, M. **Universidade e desenvolvimento: Ser da região X estar na região**. 7.º CONGRESSO IBÉRICO DE ESTUDOS AFRICANOS. Lisboa: [s.n.]. 2010. p. 1-21.
- SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico científico informacional**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- TÖDTLING, F. Endogenous approaches to local and regional development policy. In: TÖDTLING, F. **Handbook of local and regional development**. [S.l.]: [s.n.], 2011. p. 333-344.